

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1425 | 26/03/2018 a 01/04/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



SINDICATOS RURAIS

UM PLANO SUSTENTÁVEL

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O mundo dá voltas e o ex-presidente que no passado teve no Rio Grande do Sul um importante reduto eleitoral, esta semana ficou acuado com a recepção que recebeu dos gaúchos. A culpa foi jogada novamente nos produtores rurais.

Mas, não há falatórios que nos impeçam de continuar trabalhando. É por isso que a diretoria da FAEP e a superintendência do SENAR-PR correram estrada esta semana, no início de uma série de sete reuniões com os núcleos sindicais. O objetivo é o diálogo e a parceria na construção de uma proposta que atenda a realidade atual.

Há mais de quatro décadas a Argentina não enfrentava uma seca tão severa como nesta safra. Os reflexos são sentidos pelos produtores paranaenses que esperam conseguir um espaço a mais no mercado internacional.

E, por conta disso, temos que ficar de olho no clima. Na última semana começou o outono. As temperaturas devem ficar mais instáveis sofrendo ainda a influência do La Niña.

Esperamos que o clima ajude e o Paraná possa continuar mantendo os números positivos do PIB da agropecuária registrado no último ano.

Uma notícia boa é a conquista de um seguro inédito no mundo para a soja e o milho que foi aprovado pelo governo e possibilitará que que empresas paguem parte do prêmio do seguro. Todos esses assuntos estão nas páginas desta edição.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcântara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1425:

Fernando Santos, Milton Doria, Carlos Guimarães Filho, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE



SINDICATOS RURAIS

Diretoria da FAEP e Superintendência do SENAR-PR participam de reuniões dos núcleos sindicais no interior

PÁG. 6

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

FAEP defende Lei Geral com procedimentos simplificados

Pág. 3

AGROTÓXICO

A popularização de um pacote tecnológico que permitiu alimentar o mundo

Pág. 4

PRODUÇÃO ARGENTINA

Baixa produtividade melhora cotações da soja brasileira

Pág. 10

PIB

Safra recorde de grãos e bom desempenho da pecuária contribuem para o fim da recessão

Pág. 16

ILPF

Os benefícios dos Sistemas Integrados de produção

Pág. 18

FAEP defende marco legal para licenciamento ambiental

Regras claras, com conceitos e critérios objetivos, que tornem o processo mais rápido e simplificado



A FAEP encaminhou ofício aos deputados federais e senadores da bancada paranaense manifestando apoio ao texto substitutivo proposto pelo deputado Mauro Pereira (PMDB/RS) ao Projeto de Lei nº. 3.729/2004 que está tramitando na Câmara dos Deputados, por entender que é o que melhor atende aos anseios da comunidade brasileira para o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental.

No documento, a FAEP se posiciona em defesa do licenciamento ambiental, enquanto processo que garante a adequação das atividades produtivas ao uso sustentável dos recursos naturais, à manutenção da qualidade do meio ambiente para as futuras gerações e à segurança da sociedade. “Contudo, é urgente a necessidade de readequação e racionalização do licenciamento ambiental para conferir maior eficiência, previsibilidade, agilidade e isenção técnica nas análises, eliminando o excesso de burocracia, a sobreposição de competências institucionais e a captura do processo como mecanismo de resolução de passivos

sociais que extrapolam os limites dos impactos dos empreendimentos”, diz o texto do documento assinado pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

A ideia central é a aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Um marco legal, que unifique as diversas normas sobre o tema e estabeleça uma plataforma geral comum a todos os entes da federação, é fundamental para ordenar o processo, garantir segurança jurídica e evitar excessos e ineficiências que não contribuem para alcançar objetivos.

Uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental deve garantir aspectos fundamentais como a adequação das exigências às características dos empreendimentos com a previsão de procedimentos simplificados e declaratórios, a autonomia do órgão ambiental, a vinculação das condicionantes ambientais aos impactos

identificados nos estudos, a integração e otimização do licenciamento de empreendimentos similares e a ênfase nas etapas prévias e de monitoramento.

Além de regras gerais, é necessário um ordenamento administrativo do processo com uma divisão mais equilibrada de obrigações e prazos entre os entes privados e públicos, o que passa pelo estabelecimento de prazos máximos, razoáveis e previsíveis para a manifestação conclusiva dos órgãos ambientais, unificação de requerimentos técnicos e uniformização dos prazos de validade das licenças.

O documento concluiu afirmando que “além disso, precisamos de regras claras, com conceitos e critérios objetivos, que tornem o licenciamento mais rápido e simplificado para todo e qualquer empreendimento ou atividade, em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 140 de 2011, em especial quanto aos critérios de porte e localização e que assegure o equilíbrio federativo entre união, estados, municípios e Distrito Federal para o licenciamento ambiental”.

Agrotóxico não existe



Imagine a seguinte situação: Você acorda com dor de garanta. Vai ao médico e recebe uma receita de anti-inflamatório. A receita diz que você deve tomar um comprimido por dia durante cinco dias. Mas a sua garganta dói muito e você decide tomar três comprimidos por dia e o faz por dez dias.

Sabe o que você fez?

Você intoxicou o seu fígado porque não seguiu a recomendação do médico. Apesar disso, você não chama anti-inflamatório de hepatotóxico, chama?

Não chama porque não é. Anti-inflamatório é um medicamento que já salvou milhares de vidas, mas que pode ser tóxico se não for usado de acordo com as recomendações médicas.

O mesmo raciocínio vale para os chamados agrotóxicos.

Nenhum agrotóxico pode ser vendido sem um receituário agrônomo. O receituário traz todas as

orientações necessárias a utilização do produto. Uma vez utilizados de acordo com as orientações do engenheiro agrônomo expressas no receituário o produto não faz mal nenhum, nem para as pessoas, nem para as plantas, nem para o ambiente.

Mas qual a razão do termo agrotóxico?

Para entender isso é necessário voltar um pouco no tempo. Nos anos 60 um engenheiro agrônomo chamado Norman Borlaug popularizou um pacote tecnológico que multiplicou a capacidade de produção de alimentos do mundo rural. Borlaug reuniu tecnologias que já existiam em um pacote que foi amplamente disseminado.

Isso ficou conhecido como Revolução Verde e deu a Borlaug um Prêmio Nobel na Paz por conta do número de vidas salvas da fome em decorrência do salto produtivo alcançado. Naquele momento his-

tórico a humanidade passava pelo receio de não conseguir alimentar a população do globo que crescia a taxas mais elevadas do que a capacidade de produção agrícola.

Uma parte importante do arranjo tecnológico idealizado por Borlaug foi a utilização de insumos industrializados, entre eles os adubos e herbicidas e inseticidas químicos.

Mas lembrem que estamos falando dos anos 60. Há meio século, o mundo rural era feito por agricultores que, em grande medida, eram analfabetos e de baixa instrução.

Como você faz um agricultor de baixa instrução manusear um produto com cuidado, se ele não consegue ler ou compreender uma orientação mais complexa?

Uma forma eficiente de fazer isso é amedrontá-lo. Deixar o produtor rural com medo do produto era uma forma bastante eficiente de fazê-lo ter cuidado no manuseio.

Por essa razão os baldes de agroquímicos eram sempre pintados com faixas de cores fortes como amarelo e vermelho. Por isso os produtos vinham com caveiras e ossos cruzados desenhados no recipiente. E é por conta dessa necessidade que se utilizou o termo agrotóxico. Era um alerta ao produtor, não um vaticínio.

O agricultor sem instrução dos anos 60 precisava temer o produto para manuseá-lo com cuidado, para não reutilizar as embalagens, para não permitir que seus filhos nem seus animais domésticos brincassem com os produtos.

Mas hoje, mais de meio século depois da Revolução Verde de Norman Borlaug, a agricultura é feita, em grande medida, por agricultores

instruídos. Todos conhecem a importância do manuseio cauteloso de insumos químicos na agropecuária.

O termo agrotóxico hoje serve apenas para ser usado por quem detrata o setor rural. A utilidade que ele teve no passado se perdeu no tempo. Não existe mais.

Revolução tecnológica

Os primeiros celulares eram aparelho gigantes, com baterias pesadas que duravam pouco e permitiam apenas ligações por tempo e distância limitados.

Hoje usamos smartphones muito menores, com baterias leves que duram bastante tempo e fazem não apenas ligações, mas enviam mensagens de voz e vídeo, pagam contas, tocam músicas, guiam sua rota pela cidade, chamam táxis, além de centenas de outras funções.

Com as moléculas usadas na agricultura não é muito diferente. Aliás, as moléculas químicas têm muito mais tempo de pesquisa do que os telefones celulares.

As substâncias usadas hoje não são as mesmas usadas no passado. Com o tempo, a pesquisa produziu e selecionou substâncias muitos mais seguras do que aquelas utilizadas no passado. A forma de aplicação também evoluiu muito.

Algumas substâncias são levadas ao campo diretamente pelo DNA das plantas agrícolas sem que seja necessário a pulverização. É o caso do *Bacillus thuringiensis*, um inseticida natural utilizado no controle de lagartas.

No passado, na época pré-celular, o *Bacillus thuringiensis* precisava ser diluído em água e pulverizado nas lavouras. Isso combatia as lagartas daninhas aos cultivos, mas afetava colateralmente outras lagartas que eventualmente fossem atingidas pela pulverização.

Hoje, o princípio ativo do *Ba-*

cillus thuringiensis que afeta as lagartas é levado ao campo através do DNA de algumas plantas. Dessa forma, apenas as lagartas que comem as plantas cultivadas são destruídas pela bactéria. Outras lagartas não são afetadas.

Esse é apenas um exemplo. Existem moléculas desenhadas para terem pouca mobilidade no solo de forma a impedir que elas percolem ou escorram atingindo mananciais de água caso sejam aplicadas incorretamente. Existem moléculas desenhadas para se degradar logo depois da aplicação, diminuindo efeitos residuais indesejados. Os produtos usados hoje não são apenas agroquímicos, são smart-agroquímicos.

Aliás, agroquímico custa caro

Em certas situações as pulverizações de agroquímicos alcançam 30% do custo de uma lavoura. Se pudesse, o agricultor não gastaria esse dinheiro.

Reduzir custos é uma luta diária do produtor rural. Quanto menos produto químico ele jogar na lavoura sem perder produção, maior é o lucro. O produtor faz o que pode para usar a menor quantidade de agroquímicos possível.

Mas o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo?

Nós já vimos que agrotóxico não existe, portanto é necessário refazer a pergunta. Mas o Brasil é o maior usuário de agroquímicos do mundo?

O Brasil é o único grande player agrícola do mundo situado na zona tropical do planeta. Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália, os países bálticos e a Europa estão todos em zonas sub tropicais do globo.

Isso significa que esses países, ao contrário do Brasil, possuem temperaturas mais amenas na maior parte do tempo e quatro estações bem definidas ao longo do ano: primavera, verão, outono e um inverno frio. O clima seco e as temperaturas frias do inverno eliminam pragas e doenças naturalmente.

Doença de lavoura é diferente de doença de gente. Nos animais, boa parte das doenças é causada por vírus ou bactérias. Nas lavouras, as principais perdas são causadas por fungos, insetos e pela competição com outras plantas, nenhum dos três convive bem com o frio.

O Brasil não tem inverno frio. Pelo contrário, no Brasil temos temperaturas elevadas ao longo do ano inteiro. Temos ainda outra característica que nos diferencia dos nossos concorrentes sub tropicais: muita chuva.

Calor e umidade são condições que favorecem o crescimento e o desenvolvimento de ervas daninhas, insetos e fungos. É por essa razão que o queijo cria mofo fora da geladeira. Mofo é um fungo e o clima dentro da geladeira é frio e seco, como o inverno subtropical. Quando você tira o queijo da geladeira e põe ele no calor e na umidade do lado de fora, o mofo aparece.

Por conta do calor e da umidade, nenhum outro país entre os grandes produtores agrícolas do mundo tem tanto trabalho para garantir a saúde das lavouras quanto o Brasil.

Nessas condições, a agricultura tropical brasileira é responsável por grande parte do alimento produzido no mundo, portanto é natural que sejamos um grande consumidor de agroquímicos.

Como vimos, os agroquímicos são muito menos perigosos do que dizem.

Fonte: Site do codigoflorestal.com

Agenda em prol da sustentabilidade sindical

Diretoria da FAEP e superintendência do SENAR-PR estão percorrendo o Estado para apresentar um programa de trabalho e ouvir as demandas dos sindicatos rurais

Por Carlos Guimarães Filho



O término da contribuição sindical compulsória, que passou a ser facultativa a partir da Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, impôs um novo desafio para o sistema sindical. Diante deste cenário, a diretoria da FAEP e a superintendência do SENAR-PR estabeleceram um cronograma de reuniões em todas as regiões do Estado para apresentar o programa de trabalho para a sustentabilidade do sistema sindical rural paranaense. E mais, principalmente ouvir dos líderes e presidentes dos sindicatos as demandas e anseios do setor.

Os dois primeiros encontros foram realizados em Man-

daguaçu, na região Norte, e Ibiporã, no Norte Pioneiro, nos dias 21 e 22 de março, respectivamente. A comitiva contou com a presença do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, do superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, do consultor da FAEP Antonio Poloni e de técnicos das duas casas. Ainda, quatro vice-presidentes da FAEP, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro, Francisco Nascimento e Ivo Pierin, também participaram das reuniões.

No primeiro encontro, quase 80 pessoas, entre presi-

dentes, diretores, conselheiros e colaboradores de 26 sindicatos da região norte marcaram presença. Na segunda reunião, 80 pessoas de 34 sindicatos estiveram presentes no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Iporã.

O calendário de reuniões prevê mais cinco encontros ao longo da última semana de março e na primeira de abril. A comitiva irá realizar eventos nas cidades de Umuarama, no Noroeste (dia 26), no Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, no Oeste (dia 27), em Pato Branco, no Sudoeste (dia 28), em Ponta Grossa, nos Campos Gerais (dia 3) e, por último, em Curitiba (dia 4).

Troca de informações

O principal objetivo do Sistema FAEP/SENAR-PR com esse cronograma de reuniões é apresentar o programa de trabalho que já está em andamento e, principalmente, ouvir as demandas dos representantes dos sindicatos rurais, como forma de colaboração para o planejamento futuro.

“Precisamos fortalecer o sistema sindical, e para isso estamos trabalhando um modelo de programa de sustentabilidade para ajudar os sindicatos nas suas caminhadas.

Mas para estruturar esse programa precisamos identificar as demandas, por meio de discussões, ideias e críticas. Toda a opinião e colaboração são muito bem-vindas. É esse o objetivo dos encontros”, destaca Meneguette.

Na ocasião dos dois primeiros encontros, o superintendente do SENAR-PR fez a apresentação do programa de trabalho que já está em execução.

Roteiro estadual

Em um segundo momento da apresentação, o superintendente do SENAR-PR detalhou a próxima etapa do programa de trabalho para a sustentação do sistema sindical rural. Nos meses de abril e junho, equipes de diretores e técnicos das duas casas irão visitar os sindicatos rurais que demonstrarem interesse para traçar um diagnóstico das ações realizadas e eventuais potenciais para futuros serviços.

“Os grupos irão levantar um conjunto de informações básicas, que permita conhecer na prática a atuação daquele sindicato, o que faz, como faz, qual o real potencial de atendimento e o que pode fazer a mais para ajudar os



sindicatos”, destaca Melo Filho. “Vamos até lá conversar com o diretor e/ou gestor, conhecer os principais produtos e serviços e identificar as potencialidades e necessidades. Todas as informações serão sigilosas”, complementa.

Na ocasião das reuniões, boas parte dos sindicatos rurais presentes já demonstraram interesse em receber a visita técnica. “Os sindicatos precisam abrir as portas, pois o intuito é ajudar. Todo o sindicato é viável. Esse momento trará um fortalecimento do sistema sindical. No nosso caso, temos uma condição financeira boa. Mas queremos essa visita, pois sabemos que precisamos melhorar”, destaca Francisco Nascimento, presidente do Sindicato Rural de Mandaguáçu. “Muitas ações realizadas de forma isolada por alguns sindicatos podem ser difundidas para outros”, conclui Ivo Pierin, presidente do Sindicato Rural de Paranavaí

Para o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, esse trabalho de levantamento das diferentes realidades irá permitir uma mescla de informações e experiências, para a confecção de um programa único, atendendo todas as realidades das diversas regiões do Estado.

“Essas visitas são para estruturar o programa e socializar as coisas boas que já existem nos sindicatos. Depois desta rodada [de visitas], a equipe irá sintetizar o programa para colocar em prática. Crise é a mãe das oportunidades. Esta aí uma oportunidade para montarmos um programa para que possamos sobreviver”, ressalta Meneguette.

A meta é, após a consolidação das informações, apresentar os resultados em julho, para início das ações no segundo semestre. Os sindicatos rurais interessados em receber a visita técnica podem enviar e-mail para sindical@faep.com.br.





“Essas reuniões demonstram a preocupação da diretoria. É uma oportunidade para troca de ideias e, posteriormente, construção de estratégias”

Eduardo Quintanilha Braga,
presidente do sindicato rural de Jacarezinho



“Muito interessante o programa, pois vamos saber como trabalhar sem a contribuição. Precisamos traçar uma estratégia, e a FAEP e o SENAR-PR irão nos ajudar”

Tereza Patek Roman,
presidente do sindicato rural de Juranda



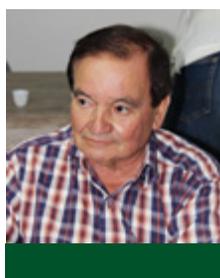
“Com as reuniões vamos conseguir alinhar algumas ideias que já surgiram para implementar, além de procurar outros auxílios para sustentação dos sindicatos”

Aristeu Kazuyuki Sakamoto,
presidente do sindicato rural de Cambará



“Além da logística, que facilita bastante, poderemos saber o que está acontecendo e quais as estratégias”

Guerino Guandalini,
presidente do sindicato rural de Astorga



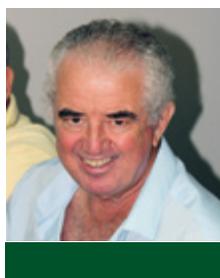
“Estamos em uma nova era para o sindicalismo. A vinda da diretoria é muito importante para traçar estratégias para a sobrevivência”

Nelson Teodoro,
presidente do sindicato rural de Campo Mourão



“Precisamos estudar estratégias para a manutenção dos sindicatos a vinda da diretoria, abre caminho para troca de ideias e planejamento para o futuro”

Luiz Flório Alcântara,
presidente do sindicato rural de São João do Ivaí



“Essas reuniões são uma maneira inteligente de levar informações para o Interior. Além do presidente, funcionários estão participando para saber o que está acontecendo”

José Getúlio Rocco,
presidente do sindicato rural de Colorado



“A vinda da diretoria é fundamental para discutirmos atitudes que precisam ser tomadas para construir um caminho de forma coletiva”

Oscar Pereira de Camargo,
presidente do sindicato rural de Congonhinhas

Efeito Argentina

Problemas climáticos no terceiro maior produtor de soja do mundo sopram oportunidades para o agronegócio brasileiro

Por Antonio C. Senkovski



A Argentina passa pela pior seca dos últimos 44 anos, com 87% menos chuva do que a média histórica. Mesmo que volte a chover, os prejuízos na safra dos nossos vizinhos, que são o terceiro maior produtor de soja do mundo, já estão consolidados. As previsões mais pessimistas estimam uma perda de mais de 10 milhões de toneladas em relação ao estimado inicialmente (ver gráfico ao lado). E os prejuízos devem ser bilionários, conforme cálculos feitos pelas Confederações Rurais Argentinas (CRA) e revelados em uma entrevista concedida pelo departamento econômico da instituição ao Boletim Informativo (ver na página 13).

O primeiro impacto dessas perdas entre produtores argentinos se refletiu nos preços internacionais. As cotações do bushel na Bolsa de Chicago (que fizeram a saca passar dos R\$ 80,00 no Porto de Paranaguá) subiram a níveis que não se viam desde 2016 – embora a pressão sobre as cotações já tenha diminuído seu ímpeto. Agora, um outro

sintoma visível é o da reorganização do mercado agrícola brasileiro. Considerando que teremos a segunda maior produção da história (ver gráfico ao lado), abre-se uma oportunidade para se ocupar o espaço aberto pela quebra na produção argentina. É o que explica Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners, professor e pesquisador do Estúdio de Economia da PUC-PR.

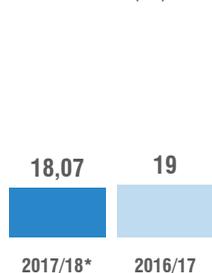
“No mês de março já é possível observar uma aceleração nos embarques de soja em grão de 390,4 mil toneladas por dia, no ano passado, para 428,1 mil toneladas por dia neste ano. É um volume bastante significativo, estamos com a marca de 1 milhão de toneladas a cada 2,5 dias”, revela. “Os números mostram um comportamento incomum, pois chegamos em março, que historicamente é um mês de preços mais baixos por estarmos em plena colheita, com preços atrativos, o que faz o produtor conseguir neste momento vender a um preço bom”, detalha Meiners.



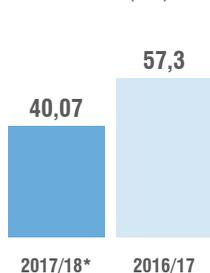
ARGENTINA

SOJA

ÁREA SEMEADA
milhões (ha)

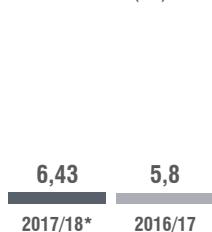


PRODUÇÃO
milhões (ton)

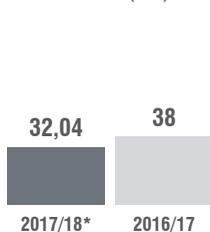


MILHO

ÁREA SEMEADA
milhões (ha)



PRODUÇÃO
milhões (ton)



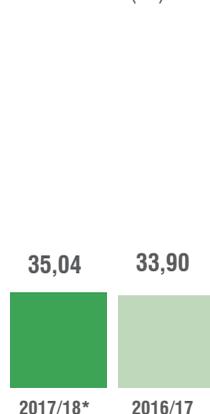
Fonte: Bolsa de Comércio de Rosário, Argentina



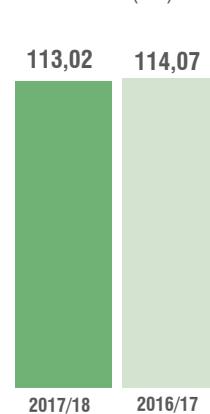
BRASIL

SOJA

ÁREA SEMEADA
milhões (ha)



PRODUÇÃO
milhões (ton)

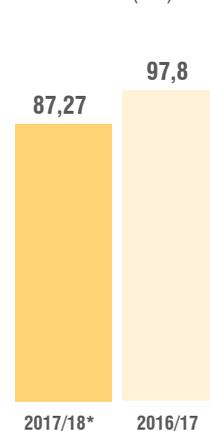


MILHO

ÁREA SEMEADA
milhões (ha)



PRODUÇÃO
milhões (ton)



Fonte: Conab

A analista de mercado Ana Luiza Lodi, da INTL FCStone, lembra que a Argentina historicamente é a maior exportadora de farelo de soja do mundo (30 milhões de toneladas ante 10 milhões de toneladas de soja em grão). Isso ocorre porque no país vizinho as vendas para o exterior de soja em grão são taxadas pelo governo nas chamadas retenções. A pergunta é: com menos produto disponível, o Brasil pode esmagar mais soja para entrar no mercado de farelo? “No caso do Brasil a gente já exporta muito, o balanço de oferta e demanda é apertado. Temos terminado o ano com estoques baixos. Não tem muito como crescer para outros produtos. A não ser que o preço do farelo seja muito atrativo, poderia mudar, mas não seria assim de uma vez”, avalia.

Cleverson Luiz Pereira, professor de Cenários Econômicos do Centro Universitário Uninter, esmiúça que na hipótese de clientes da Argentina ficarem “sem farelo”, a ordem natural dos grandes compradores seria procurar outros

grandes players (Brasil e EUA que lideram a produção de soja). “Será um período no qual o Brasil vai com certeza ser buscado por novos clientes. E a partir do momento que o Brasil atendeu, a tendência é que esses clientes se mantenham nas próximas safras”, diz. “Claro, isso pensando no mercado como está hoje. Não sabemos como estará na próxima compra, se no ano que vem o Brasil não terá impostos, barreiras alfandegárias etc.”, complementa.

Mundo

Quando se fala em oportunidades para o mercado brasileiro, o economista Fábio Scatolin alerta que neste momento há mais alguns pontos que podem representar novos negócios. “Hoje, o primeiro aspecto a analisar é como está a demanda chinesa, eles são a mudança estrutural que temos nesse mercado. A segunda coisa que temos de novidade é um possível acordo entre Mercosul com a União Europeia, o que é interessante para nós e pode dar um novo fôlego não só para o setor de grãos, mas também para o agronegócio de uma maneira geral”, enumera.

Scatolin cita ainda como aspectos fundamentais a relação Estados Unidos-China e a reação do dólar à política econômica americana. “A terceira coisa são as atitudes protecionistas do governo de Donald Trump, sobre as quais os chineses já estão dizendo que se houver a manutenção desse boicote ao aço chinês, tarifas mais elevadas, eles vão procurar desviar o comércio para a América do Sul e o setor de soja é o primeiro que será retaliado. E também temos a alta do dólar que pode contribuir para uma demanda positiva do mercado da América do Sul que é um cenário de aumento do dólar esse ano em função da alta dos juros nos Estados Unidos”, finaliza.

Exportações brasileiras (US\$)

2017 – janeiro e fevereiro

30,3 bilhões

2018 – janeiro e fevereiro

34,2 bilhões

+ 12,9%

Exportações brasileiras de soja

2017 – janeiro e fevereiro

US\$	Volume
1,76 bilhão	4,42 milhões de toneladas

2018 – janeiro e fevereiro

US\$	Volume	
1,68 bilhão	4,42 milhões de toneladas	0%

Exportações brasileiras de farelo de soja

2017 – janeiro e fevereiro

US\$	Volume
0, 776 bilhão	2,102 milhões de toneladas

2018 – janeiro e fevereiro

US\$	Volume	
0, 876 bilhão	2,482 milhões de toneladas	+ 18%





Perdas devem alcançar os US\$ 4,7 bilhões

Mesmo que as chuvas se normalizem no país vizinho ao Brasil, a instituição que representa os produtores rurais da Argentina calcula que as perdas de ao menos US\$ 4,7 bilhões são irreversíveis. Nos cálculos da CRA, a cifra bilionária pode ser ainda maior caso o regime de chuvas siga abaixo da média como ocorreu na maior parte da safra 2017/18. O Boletim Informativo entrevistou o responsável do Departamento Econômico das Confederações Rurais Argentinas (CRA), Matías F. T. Lestani, que falou mais sobre esse impacto esperado por eles na produção de grãos nesta temporada.

Qual era a previsão de produção no início da safra e qual é a previsão agora?

A previsão no início da temporada era de pelo menos uma safra normal de 52 milhões de toneladas de soja. Agora já estamos restringindo a 40 milhões de toneladas, 12 milhões a menos a serem colhidos no país, e

uma redução de cerca de 12% na produção de milho, o que significa 5 milhões de toneladas a menos. Isso mesmo com um aumento na área plantada de milho em relação ao ano passado. As variedades mais tardias do cereal foram as mais afetadas.

Quais são os motivos para essa redução na produção?

Essa redução tem como motivo principal a falta de chuvas nas áreas produtoras de grãos, o que tem comprometido o desenvolvimento das lavouras. Mesmo que tenhamos uma normalização, o impacto sobre a colheita já está dado.

A safra 2017/18 deve ser um período de perdas aos produtores ou os preços devem compensar a perda de produtividade?

O preço internacional subiu um pouco, mas o maior impacto nesse sentido seria em farelo de soja e óleo, que são os dois produtos que a Argentina mais exporta. É um certo alívio, mas não compensa as perdas de produtividade constatadas no setor.

Há algum risco de desabastecimento na Argentina?

As exportações seguem seu fluxo com as 5 ou 6 milhões de toneladas que estão guardadas da safra anterior. Ou seja: a entrada de divisas por exportação não vai ser tão afetada, pois temos um bom estoque, e não vai haver problema de desabastecimento.

De que forma essas perdas impactam o agronegócio argentino?

Nas nossas contas, o impacto das perdas dessa safra deve somar algo em torno de 4,7 bilhões de dólares, considerando as perdas até o momento em todos os cultivos. Um dos aspectos afetados diretamente será a venda de insumos e investimento em tecnologia para a próxima safra. Isso inclui gastos com óleo diesel, insumos necessários para implantar os cultivos etc. Com esse cenário teremos um impacto econômico. O mesmo vale para maquinários agrícolas, que devem cair em torno de 30% comparado ao ano anterior, já que não há excedente após a colheita para investimento em tecnologias.

Campo procura tirar vantagem da quebra argentina

Após um longo período de preços baixos, agricultores paranaenses aproveitam melhora nas cotações e boa produtividade na soja para começar a vender a safra



A quebra da safra da Argentina, em função do pior clima registrado nos últimos 44 anos, não deve provocar alterações drásticas no cenário mundial do agronegócio. Porém, os reflexos imediatos, como a alta na cotação da soja, já estão sendo aproveitados pelos produtores paranaenses.

“Essa é uma oportunidade para nós produtores do Brasil, se soubermos usar a janela. O grão já subiu 15%. O pessoal não pode sentar na safra e ficar esperando outra frustração. É preciso aproveitar a realidade”, aponta o produtor José Antônio Borghi, de Maringá, na região Norte. “[A quebra na Argentina] deu uma injeção na comercialização. Quem quer realizar esse é o momento, pois é um benefício momentâneo. Logo as coisas retornam ao normal”, complementa o pecuarista José Elalio Zago, com propriedade de 72 hectares no município de Castelo Branco, também no Norte do Estado.

De forma macro, para Borghi, o Brasil deveria aproveitar a oportunidade aberta pela Argentina, que talvez não consiga entregar produtos a todos os clientes internacionais, para ocupar essa lacuna. “Essa escassez de grãos por lá fez apa-

recer algumas oportunidades. Agora é não deixar passar”, diz. “O país precisa prospectar novas fontes de venda no exterior”, reforça Zago.

Para Euclênio Vendrametto Junior, que planta milho e soja e cria frango de corte e gado de leite em uma área de 60 hectares na cidade de Sabáudia, na região Norte, as oportunidades podem ir além do preço da oleaginosa. O produtor acredita que as produções de leite e carne na Argentina podem acabar caindo em função da falta de alimento para os animais e/ou alta no custo de produção. Isso permitiria uma inversão na balança comercial entre as duas nações em relação a esses produtos.

“Talvez eles só consigam abastecer o mercado interno com esses dois produtos [carne e leite]. Ou seja, antes eles eram exportadores, podem passar a ser importadores. Isso beneficiaria o produtor daqui”, explica. “Mas só o fato de eles não jogarem produtos no mercado brasileiro, caso ocorra, já ajuda”, acrescenta.

Nelson Paludo, presidente do Sindicato Rural de Toledo, verificou na sua região um movimento de maior procura nas vendas por parte dos produtores. “Não sabemos ainda o tamanho do prejuízo que a Argentina terá pois temos que aguardar a colheita deles, mas se a soja ficar perto dos R\$ 70 a saca é um patamar interessante. Percebemos que o mercado está mudando, pois historicamente os últimos meses eram os com melhor preço, mas nos últimos dois anos as melhores cotações aconteceram nos primeiros meses”, comenta.

Mylton Casaroli Jr, diretor do Sindicato Rural de Londrina, disse que a virada nos preços tem influenciado no ânimo dos produtores da região. “Estamos na reta final da colheita e a produção tem sido boa. Nós consideramos que os preços perto dos R\$ 70 trazem uma boa remuneração. O curioso dessa safra é que no campo ela tem sido muito irregular, teve área acima das 80 sacas por hectare mas muitas também de 50 sacas por hectare. Acredito que a região deve fechar uma média em torno de 65 sacas por hectare”, revela.

Outono promete instabilidade no campo

Nova estação prevê chuvas irregulares e frio chegando mais cedo



“As chuvas podem não ser tão boas, seguir irregulares, o que pode atrapalhar um pouco o desenvolvimento das lavouras do milho safrinha”, aponta Lazinski. “Por outro lado, sabemos que o trigo gosta de clima seco, ou seja, pode acabar favorecido”, complementa.

O relatório do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) também confirma que “no outono o acumulado das chuvas começa a diminuir com a frequência de ondas de frio mais constante”, aponta.

De acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), os produtores paranaenses dedicaram 2,1 milhões de hectares para o milho safrinha nesta temporada. A área que será

ocupada pelo trigo ainda está indefinida, mas com previsão de aumento em relação à safra passada, quando 970 mil hectares foram semeados.

A instabilidade climática registrada na safra de verão, com seca no plantio e chuvas em excesso na colheita, deve permanecer nos próximos meses. O início do outono, que ocorreu oficialmente no dia 20 de março, promete pluviosidades irregulares e o frio chegando mais cedo em praticamente todas as regiões do Estado. A explicação para isso está na permanência do fenômeno climático La Niña de fraca intensidade, que segue influenciando a nova estação e, inclusive, parte da próxima, o inverno.

“A intensidade do La Niña segue fraca e moderada, com as chuvas irregulares. Ou seja, os aspectos registrados na safra de verão irão se repetir na safrinha, com as temperaturas mais baixas”, destaca o meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Luiz Renato Lazinski.

Os registros do Inmet confirmam a irregularidade das chuvas ao longo do verão. Em algumas localidades do Paraná choveu, na média, 30 milímetros, enquanto em outras os pluviômetros marcaram 270 milímetros. Esse cenário promete continuar ao longo do outono, o que traz muita preocupação para os produtores.

Temperatura

O calor registrado em praticamente todo o mês de março não irá continuar. O fenômeno responsável pelos dias com temperaturas até 30 graus, conhecido como calor pré-frontal, precede a chegada de uma frente fria. “Temos massas de ar frio mais intensas que o ano passado, com temperaturas mais baixas”, ressalta Lazinski.

Esse frio previsto para os próximos meses traz outra preocupação aos produtores paranaenses: as geadas. A previsão é de ocorrências mais frequentes, principalmente nas regiões mais altas do Estado, a partir de junho.

“O produtor, como já ocorreu no verão, não pode esperar o clima como dos dois últimos anos, que foi excelente. Esse ano será mais ou menos, com problemas de chuva e frio”, resume o meteorologista do Inmet.

Agropecuária tem melhor resultado em quatro anos

PIB do setor cresceu 11,5% em 2017



A agropecuária do Paraná teve em 2017 o melhor desempenho em quatro anos. A safra recorde de grãos e o bom resultado da pecuária fizeram o Produto Interno Bruto (PIB) do setor crescer 11,5% no ano passado. Sozinha, a agropecuária adicionou R\$ 35,9 bilhões à economia do Estado, de acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). O setor foi um dos principais responsáveis pelo fim da recessão no Paraná. A agropecuária respondeu por 9,8% do PIB do Estado em 2017. No Brasil, o setor primário respondeu por 5,3%.

Desde 2013, quando cresceu 18%, a agropecuária não registrava um avanço acima de dois dígitos no Estado. Maior produtor de carne e segundo maior produtor de grãos do País, o Paraná respondeu por 12% da produção agropecuária brasileira. No ano anterior, a participação havia sido de 11,8%.

O Paraná se destacou nas principais culturas em 2017, de acordo com números do Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística (IBGE). Respondeu por 17,2% da produção de soja, 18,4% de milho, 52,2% de trigo, 21,7% de feijão, 57,9% de cevada, 71,4% de centeio, 21,7% de aveia e 1,3% de arroz.

Na pecuária, se consolidou como o maior produtor do País, resultado puxado, principalmente, pelo frango (30,9% do total de toneladas produzidas do Brasil) e de suínos (21%). Maior produtor de madeira do Brasil, o Estado também aumentou sua participação na silvicultura nacional. Em 2017, respondeu por 24,6% da produção de madeira em tora do País. Em 2015, essa participação havia sido de 22,2%.

“O Paraná se sobressai na produção agropecuária nacional mesmo tendo apenas 2,3% do território nacional e sem ter mais espaço para onde expandir a área de plantio, ao contrário dos Estados do Centro-Oeste. É graças, principalmente, às elevadas produtividades que o Paraná consegue expandir a produção”, diz Julio Suzuki Júnior, diretor-presidente do IparDES.

Em 2017, além das novas tecnologias aplicadas no campo, o clima colaborou no recorde de produção de grãos. “O clima ajudou muito durante o desenvolvimento dos cultivos. Nas fases cruciais do plantio deu tudo certo. Com isso, o Paraná registrou produtividades muito acima das médias históricas em várias culturas”, afirma Francisco Simioni, diretor-geral do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Ele lembra que o milho rendeu 9,5 mil quilos por hectare, contra uma média de 8,7 mil quilos. A soja registrou produtividade de até 4 mil quilos por hectare, sendo a média de 3,6 mil. A safra de verão, principal do Estado, somou o recorde de 25,3 milhões de toneladas.

Para 2018, embora a produção deva voltar para patamares históricos - em torno de 22,7 milhões de toneladas, as projeções são positivas. “Os preços internacionais melhoraram e estão sustentados. A demanda maior da China, a quebra da safra da Argentina e a redução dos estoques mundiais de soja e milho devem manter as cotações em patamares mais elevados” diz Simioni.

Na safra 2017/2018, o produtor, de olho nos preços, resolveu plantar soja ao invés do milho, que rende menos por hectare. A área destinada à produção de milho da primeira safra foi reduzida em 35%, para 332,8 mil hectares no Estado. A área da soja, por outro lado, aumentou 4% - para 5,46 milhões de hectares.

“A safra paranaense de grãos será menor, mas dentro dos patamares históricos. Será uma produção respeitável e que contará com preços melhores, o que será bom para os produtores e para o PIB do Estado”, diz o secretário Ortigara.

Em 2018, a agropecuária deve contribuir para o crescimento do PIB principalmente pelo seu efeito indireto na economia. “Com mais dinheiro com a venda da safra, o produtor rural deve ajudar a movimentar o comércio e os serviços em especial no Interior do Estado”, diz Suzuki Júnior, do Iparades.

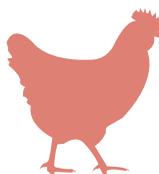


PARANÁ



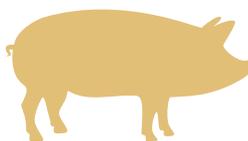
da produção agropecuária brasileira

MAIOR PRODUTOR DE CARNE



30,9%

do total de toneladas de frango (produzidas no Brasil)



21%

do total de toneladas de suínos (produzidas no Brasil)

2º MAIOR

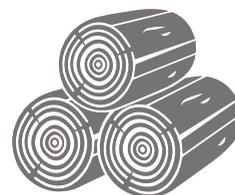
produtor de grãos do país

Participação na produção nacional

17,2%	SOJA
18,4%	MILHO
52,2%	TRIGO
21,7%	FEIJÃO
57,9%	CEVADA
71,4 %	CENTEIO
21,7%	AVEIA

1º

em produção de madeira



26,4%

da produção de toras no País

Fonte: IBGE, 2017

Ganhos mútuos e sem compactação

Sistemas integrados de lavoura e pecuária trazem benefícios para ambas atividades



As vantagens dos sistemas integrados de produção agropecuária, como Integração Lavoura-Pecuária (ILP) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) são bem conhecidas, além de aproveitar melhor a área com a diversificação de atividades, existem ganhos comprovados de produtividade em lavouras de grãos e bem-estar animal.

O que impede, porém, que mais produtores adotem esse sistema é uma crença – diga-se de passagem infundada – de que o pastejo dos animais em áreas de lavoura pode causar problemas de compactação de solo.

“Essa compactação ocasionada pelo pisoteio animal é um mito” revela o pesquisador do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), e PhD em solos, Cezar Francisco Araujo. Segundo ele, se a compactação ocorre deve estar havendo o manejo inadequado dos animais ou das pastagens utilizadas. “O pastejo moderado pode inclusive melhorar as qualidades físicas, químicas e biológicas do solo”, diz.

Segundo o pesquisador, o grande responsável pela compactação do solo é o tráfego de máquinas agrícolas, principalmente as de grande porte e em condições de umi-

dade inadequadas. “Como a área do casco dos animais é pequena em relação ao rodado do trator, a pressão aplicada fica restrita a uma camada de zero a cinco centímetros. Já a tensão aplicada pelas máquinas é distribuída em profundidade, o que vai depender do tipo de rodado, da largura do pneu, da carga, da pressão de inflação do pneu, mas principalmente do manejo e da umidade do solo”, explica.

Desse modo, a escolha da hora de entrar com o maquinário na lavoura também é estratégica para evitar deformações graves no terreno.

Além de não causar problemas à estrutura física do solo, o pastejo de animais traz benefícios para a cultura subsequente. Um estudo conduzido pelo Iapar em um sistema integrado em Santa Tereza do Oeste, concluiu que a soja cultivada na área de pastejo teve incremento na produtividade de 7% a 11% em relação às áreas onde não houve pastejo de bovinos.

Esse experimento foi conduzido durante quatro anos (2013/14 a 2016/17), avaliando o rendimento de soja em áreas com e sem pastejo nas forrageiras de inverno. As



Daniel Vicari: Cobertura vegetal protege o solo da compactação

semeaduras da oleaginosa foram realizadas em sistema de plantio direto sobre a palhada deixada pelas forrageiras após os períodos de pastejo. A conclusão é que no sistema integrado “há benefícios mútuos entre a produção animal e de grãos, permite ganhos de peso vivo animal suficientes para a produção de novilhos precoce e superprecoce”.

Outra vantagem, segundo Araujo, é que a massa seca deixada pelas forrageiras de inverno proporciona uma boa cobertura para a semeadura da soja de verão. “Além disso têm os dejetos de animais que são depositadas na área e que potencializam a produtividade da cultura subsequente”, afirma. O acúmulo da matéria orgânica pode ser o responsável pelo aumento gradativo da produtividade da soja verificado no experimento.

Outro personagem que entra em cena quando existe a integração lavoura-pecuária é o besouro coprófago *Onthophagus gazela*, conhecido popularmente como rola-bosta, presente nas placas de fezes dos animais. Além de ser um inimigo natural da mosca-dos-chifres, que ataca o gado, ele promove a descompactação do solo através da abertura de galerias subterrâneas.

Pecuária Moderna

As vantagens do sistema integrado de produção são percebidas também por quem está na lida diária das propriedades. “O que temos visto é que, com a integração, fica uma cobertura vegetal bem espessa, então não acredito que deve compactar o solo. Até hoje o proprietário não

precisou fazer trabalho de escarificação ou subsolagem”, afirma o zootecnista Daniel Vitor Ferreira Vicari.

Ele é um dos alunos do programa Pecuária Moderna do comitê regional de Santo Antônio da Platina (Norte Pioneiro). Ele concluiu seu treinamento com a elaboração e um projeto na propriedade em que atua no município, que utiliza o sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP). Segundo Vicari, há seis anos a propriedade em questão desenvolve a integração de lavoura de soja com pastagens de inverno, como aveia preta, destinada à alimentação dos animais.

A fazenda trabalha com o sistema de ciclo completo (cria, recria e engorda) e possui 1850 cabeças de nelore puro de origem (PO). “Não é todo gado que vem para integração, são mais os animais que foram desmamados e um lote de vaca, cerca de 600 animais”, afirma Vicari.

A integração de sistemas produtivos, como o ILP e ILPF, é uma das bandeiras do Pecuária Moderna. O programa, lançado em 2015 pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em parceria com o governo do Estado

e diversas entidades, que tem como objetivo desenvolver a pecuária de corte no Estado através de ações de capacitação e difusão de informações, como os treinamentos do qual Vicari participou.

Na propriedade assistida por ele, os mesmos 250 hectares destinados para a soja no verão são divididos em piquetes para pastejo dos animais no inverno. Essa é outra prerrogativa para um sistema integrado bem-sucedido. O bom pastejo deve ser buscado, ou reduzindo o tempo de permanência dos animais nas áreas de pasto, ou reduzindo o número de animais por área. Nesse caso a média é de dois animais por hectare por um período de 90 dias.

Cuidados com a compactação de solo

Quando for substituir o pneu da sua máquina agrícola, procure pneus radiais ou de baixa pressão e alta flutuação. Pneus radiais tem área de contato 25% maior do que pneus diagonais, com isso a pressão aplicada no solo pelas máquinas é reduzida.

Fonte: Cezar Francisco Araujo - Iapar

A GUERRA DO FUTEBOL



X



Como dizem os aficionados pelo esporte, futebol é coisa séria. Tão séria que serviu de pretexto para desencadear uma guerra entre os vizinhos Honduras e El Salvador, em 1970.

Os dois países têm histórias parecidas de pobreza, colonialismo, golpes de Estado e guerras civis. Na época viviam uma relação política instável motivada por questões políticas e econômicas. O crescimento populacional

em El Salvador gerou um problema entre os camponeses que não conseguiam emprego. Reprimidos pelo governo fugiam para o país vizinho em busca de uma oportunidade nas plantações de banana, o que deu aos dois países o nome de “repúblicas das bananas”, pela instabilidade política e por se tratar do principal produto exportado.

Em 1963, Honduras enfrentou um golpe de Estado e se instalou a ditadura militar.

A crise econômica somada à corrupção estimulou a expulsão dos salvadorenses de forma violenta, estimulados pela Mancha Brava (braço armado do governo), a polícia secreta e o Exército.

Nesse contexto político que as seleções de Honduras e El Salvador se enfrentaram na disputa por uma vaga na Copa do México de 1970, que consagraria o Brasil como campeão mundial. A tensão entre os países adentrou os

campos de futebol e marcou as três partidas das semifinais, em que apenas o campeão da Concacaf conquistaria uma vaga para a Copa do Mundo.

O primeiro jogo foi em 8 de março de 1969, na capital de Honduras (Tegucigalpa). Durante a madrugada que antecedeu a partida, os torcedores da seleção de Honduras atiraram pedras nas janelas dos quartos em que estavam hospedados os jogadores do time rival e fizeram algazarras a noite toda. O resultado do time exausto por estar sem dormir foi uma derrota de 1 a 0.

Quando isso aconteceu, a salvadorenha Amelia Bolanios, 18 anos, que assistia à partida pela TV, em San Salvador, se matou com o revólver do pai. O suicídio da torcedora foi noticiado nos jornais e comoveu o país. O enterro foi transmitido

ao vivo pela TV e acompanhado pelo presidente da República, seus ministros e também pelos 11 jogadores, que já haviam retornado ao país.

A segunda partida ocorreu uma semana depois em El Salvador. Na noite que antecedeu ao jogo, torcedores quebraram todas as janelas do hotel em que estavam os jogadores de Honduras com pedras e ovos podres. A delegação chegou ao estádio em carros blindados. O hino nacional de Honduras foi vaiado e a bandeira do país queimado.

O placar terminou em 3 a 0 para o time da casa, dois torcedores mortos e dezenas de pessoas hospitalizadas. Poucas horas após o jogo, a fronteira entre os dois países foi fechada.

O México, foi o local escolhido para a terceira partida,

no dia 27 de junho. A segurança foi reforçada e, por 3 a 2 El Salvador garantiu a vaga na final. No dia 14 de julho, forças armadas de El Salvador invadiram Honduras. O conflito ficou conhecido como Guerra do Futebol, ou Guerra das 100 horas, que foi o tempo durou, de 14 a 18 de julho, terminando com a morte de aproximadamente seis mil pessoas e dezenas de milhares de feridos. Vilas inteiras foram destruídas e milhares de pessoas ficaram desabrigadas. A guerra só terminou com a intervenção da OEA (Organização dos Estados Americanos) e a criação, em 1971, de uma zona desmilitarizada.

A fronteira entre os dois países permaneceu fechada por mais de dez anos, até a assinatura de um acordo de paz.



Governo aprova projeto inédito para assegurar soja e milho 1ª safra

Iniciativa possibilita que empresas paguem parte do prêmio do seguro



O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural autorizou na Resolução nº 61, de 15 de Março de 2018, a realização do Projeto Experimental de Suplementação Privada do Seguro Rural para as culturas de soja e milho 1ª safra, com a participação da iniciativa privada, no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

O projeto experimental consiste em promover a contratação do segu-

ro agrícola pelo produtor rural, com a participação de um agente privado para o mesmo objeto segurado, com os limites de repartição do valor do prêmio.

Será disponibilizado o valor de R\$ 5 milhões do orçamento do PSR referente ao exercício de 2018 para esse projeto. As propostas de apólices devem ser enviadas pelas Companhias Seguradoras no dia 06 de agosto de 2018 para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O seguro rural deve observar a cobertura de, no mínimo, 70% aplicada sobre a produtividade esperada, para os produtos caracterizados como “multirrisco” para soja e milho 1ª safra, inclusive os seguros de faturamento ou receita, custeio ou produtividade e produção. Desta forma, os seguros de riscos nomeados não estão contemplados neste projeto.

O produtor rural será o beneficiário da subvenção federal deste proje-

to experimental, quando contratar, em qualquer Unidade Federativa, apólice de seguro agrícola para a cultura da soja ou milho 1ª safra com a participação de um agente privado cujo valor do prêmio será compartilhado entre as partes, descontado o valor da subvenção federal.

Considera-se como agente privado qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos (agroindústrias, forne-

cedores e revendas de insumos, cooperativas, dentre outros) que tenha interesse na contratação de seguro rural para o objeto a ser segurado pelo produtor rural.

O pagamento do prêmio do seguro deverá observar os seguintes limites de repartição:

- I. 25% do valor do prêmio referente à subvenção federal (fixo);
- II. 25% a 50% do valor do prêmio

de responsabilidade do produtor;

- III. 25% a 50% do valor do prêmio de responsabilidade do agente privado.

Os percentuais indicados nos itens II e III serão livremente pactuados entre o produtor rural e o agente privado, e deverão ser discriminados na apólice de seguro rural, observados os limites mínimo e máximo estipulados.

Banco do Brasil prorroga prazo de operações da pecuária de corte e leite

O Banco do Brasil disponibilizou aos pecuaristas a possibilidade de prorrogar, por até dois anos, as operações de custeio com entrada de 20% (leite ou mista) ou 30% (corte). As prorrogações são analisadas caso a caso.

No caso dos investimentos, a entrada mínima são os juros acumulados na parcela a prorrogar com prazo passando para um ano após o vencimento original do contrato.

O sistema de análise será simplificado, sem a necessidade de comprovação de incapacidade de pagamento. O produtor que obter a prorrogação faz um aditivo do contrato e terá que registrar o documento.

Em relação às garantias serão mantidas as mesmas do contrato, mas podem ser solicitadas adicionais, conforme o caso.

Cabe ressaltar que a prorrogação não é automática. Os interessados devem comparecer às agências do Banco do Brasil onde possuem relacionamento para assinar o pedido de extensão do prazo.

Governo disponibiliza R\$ 384 milhões para seguro rural

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) disponibilizará R\$ 384 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Com esse recurso será possível subvencionar a contratação de aproximadamente 70 mil apólices, abrangendo mais de 50 culturas.

Do total, R\$ 115 milhões serão destinados à contratação de apólices para o milho safrinha, trigo e demais grãos de inverno, R\$ 175 milhões para os grãos de verão (soja, milho, arroz, feijão e demais

grãos), R\$ 72 milhões para as frutas, R\$ 1 milhão para o seguro pecuário e R\$ 21 milhões para as demais culturas.

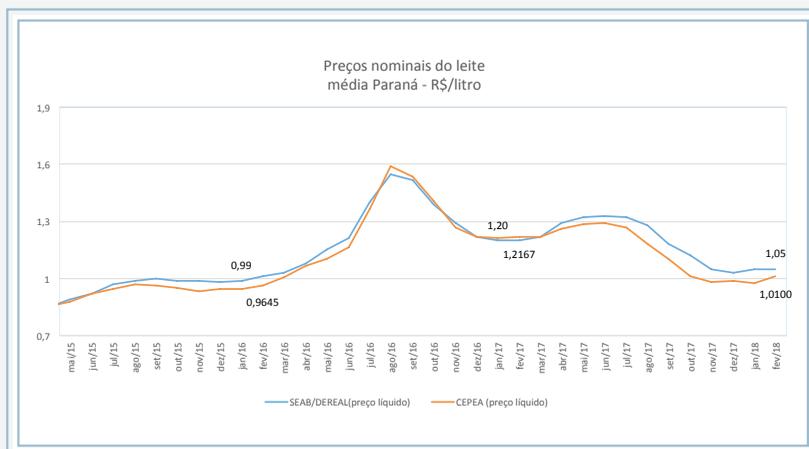
Dos R\$ 175 milhões para grãos de verão, R\$ 20 milhões serão utilizados, exclusivamente, na subvenção de produtos de seguro rural do tipo “faturamento agrícola”, mais conhecido como “seguro renda”. Além disso, serão liberados R\$ 15 milhões, ainda no primeiro semestre, para que o produtor que contrata o custeio antecipado da safra também possa adquirir sua apólice com o apoio do PSR.

O Ministério também disponibilizou na sua página na internet o resultado geral do PSR relativo ao ano de 2017, além dos dados de indenizações pagas pelas seguradoras no período de 2006 a 2016, em formato de planilha, o que facilita a análise detalhada dos dados.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 20 de março de 2018, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em fevereiro de 2018 e a projeção dos valores de referência para o mês de março de 2018, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JANEIRO/2018 E FEVEREIRO/2018

Matéria-prima	Valores finais em janeiro/2018	Valores finais em fevereiro/2018	Variação (fevereiro - janeiro)	
	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro)	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9292	0,9739	0,0447	4,81%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA FEVEREIRO/2018 E MARÇO/2018

Matéria-prima	Valores projetados em fevereiro	Valores projetados em março	Variação (março - fevereiro)	
	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	(leite entregue em março a ser pago em abril)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9542	1,0034	0,0492	5,16%

Observações: Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso o Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural.

Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "leite padrão", se referem ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 500 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de março de 2018 é de **R\$ 2,1303/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleitepr.com.br

Curitiba, 20 de março de 2018

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente

A passagem de Lula pelo Rio Grande do Sul



Nota à Sociedade

A Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL – vem por meio desta nota repudiar, de forma veemente, as declarações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva feitas em nosso Estado, em relação aos produtores rurais gaúchos e também brasileiros.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que o ex-presidente nunca doou ou emprestou nenhum recurso seu aos produtores rurais. Os valores tomados junto ao sistema financeiro em forma de crédito rural têm como fontes os depósitos à vista e a poupança das instituições financeiras, que assumem integralmente os riscos de inadimplência, recebendo em contrapartida os juros pagos pelos produtores rurais. Logo, o dinheiro que financia o agronegócio não é do governo e, muito menos, do ex-presidente, mas dos agentes financeiros. O ex-presidente mesmo condenado em segunda instância ainda não aprendeu a diferenciar os recursos seus, do governo e da sociedade.

O ex-presidente, utilizando-se de metáforas que nos remetem ao tempo do coronelismo e do clientelismo, demonstrou preconceito com as

pessoas pobres do país, achando que ainda estas vendem suas crenças e percepções por dez Reais. Na sequência, chama os produtores rurais brasileiros de caloteiros, o que além não ser verdade, já que dentre todas as linhas de crédito disponíveis no país o crédito rural é a de menor inadimplência de acordo com o Banco Central, é um preconceito também com os produtores rurais.

Nem os empresários e tampouco os trabalhadores devem favores a ocupantes de cargos públicos. Nenhuma retribuição ou reverência é devida quando os recursos tomados da sociedade em forma de tributos são devolvidos em forma de serviços.

Por fim, a Farsul não aceita que um ex-presidente que conhece a realidade do país demonstre tamanho preconceito com esses brasileiros que trabalharam de sol a sol, fazendo a economia crescer inclusive no período de seu governo, mas enquanto cidadãos não aceitam a antecipação do debate eleitoral e nem tampouco a pregação ao desrespeito às decisões judiciais e ao Estado Democrático e de Direito.

Gedeão Silveira Pereira - Presidente da Farsul

Às vésperas do julgamento que pode levá-lo a prisão, o ex-presidente Lula vociferou toda a ira pela recepção que recebeu na terra dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, contra os produtores rurais.

O Rio Grande que sempre foi protagonista em grandes momentos da história política, inclusive para o crescimento do PT, recebeu Lula sob protestos e manifestações que o fizeram reavaliar sua agenda no Sul do país. Chamar de caloteiro quem trabalha e gera empregos e renda para o país demonstra a fúria própria dos que não têm argumentos.

A alegria de produtor rural é o descanso após um dia de trabalho debaixo do sol. Produtor se alegra quando consegue ver os frutos do que plantou sem nenhuma surpresa climática, econômica ou política que destrua a plantação.

A alegria de produtor é saber que seu trabalho vale a pena porque a justiça e a oportunidade são para todos.

Fazemos coro com a Federação do Rio Grande do Sul (Farsul) na nota que a instituição divulgou e publicamos na íntegra nas ao lado, deixando registrada nossa indignação pelo desrespeito a milhares de brasileiros honestos e trabalhadores.

Produtor
Rural

FIQUE ALERTA

O prazo para
inscrição no Cadastro
Ambiental Rural (CAR)
e adesão ao Programa
de Regularização
Ambiental (PRA) **foi**
prorrogado até

31/05/18



A ADESÃO É OBRIGATÓRIA.

QUEM NÃO SE INSCREVER
PODERÁ SER IMPEDIDO
DE TER ACESSO AO
CRÉDITO RURAL.

NÃO DEIXE PARA A
ÚLTIMA HORA, FAÇA JÁ
A SUA INSCRIÇÃO.

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais



FAEP capacita sindicatos para preenchimento de IR

16 colaboradores de sindicatos rurais do Paraná estiveram em Curitiba, nos dias 20 e 21 de março, participando do curso Imposto de Renda básico para iniciantes. O objetivo da capacitação é apresentar as informações para o correto preenchimento da declaração de imposto de renda do produtor rural e das informações das atividades rurais. Alguns dos sindicatos que enviaram funcionários para serem capacitados estão iniciando a prestação desse serviço, outros sindicatos, que já prestam o serviço estão qualificando um maior número de funcionários. “Todo ano há alterações das

informações solicitadas pela Receita Federal, principalmente de bens e direitos e o produtor rural deve ficar atento para estas mudanças para não cair na malha fina no futuro”, explica o advogado Eleutério Czornei, do departamento Sindical da FAEP, que realiza a capacitação.



Chopininho pede apoio para Avicultura

A deputada federal Leandre Dal Ponte, o prefeito de Chopininho, Álvaro Scolaro, o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, os dirigentes de cooperativas e representantes de produtores, Juarez Pompeu, Ilseu Peretti e Charles Steffanello, estiveram em reunião com o presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Orlando Pessuti, no dia 19 deste mês, para solicitar apoio ao desenvolvimento da cadeia avícola no município. Entre as solicitações está a liberação de recursos para agentes financeiros e de Cooperativa de Crédito

do Município para construção de 50 granjas com aviários de 2.400m² e um prazo maior para pagamento de juros em linhas de investimentos avícolas do BRDE.



Homenagem Dia da Mulher

O Sindicato Rural de Ivaiporã realizou o 2º. Encontro de Mulheres, no dia 9 de março, com a presença de mais de 700 mulheres. A abertura do evento foi feita pelo prefeito do município, Miguel Amaral, que sancionou a Lei nº. 2.962 de 22 de fevereiro de 2017, instituindo a Comemoração do Dia Internacional da Mulher – no âmbito municipal.

A comissão organizadora foi representada pela presidente da Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios, Eliane Bitencourt Santos e a Presidente da Câmara da Mulher Rural do Sindicato Rural de Ivaiporã, Sirlene P. Marynowiski. O encontro teve palestra motivacional com Aínor Francisco Lotério que abordou o tema “Mulher: um ser que nasceu para brilhar”, aula de zumba com a personal trainer

Franciele Leão, sorteio de brindes e entrega de lanche. A festa foi realizada no salão da Paróquia Santíssima Mãe de Deus com apoio do Prefeitura de Ivaiporã, por intermédio do Departamento Municipal de Cultura, Acisi Mulher, Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios, Comissão da Mulher Advogada e Sicoob Aliança.





QUEDAS DO IGUAÇU

MOBILIZAÇÃO DO JAA

O Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu realizou uma mobilização do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), no dia 26 de fevereiro. O instrutor foi Sandro Pio e participaram 18 alunos do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.



RONDON

SEGURANÇA NO TRABALHO

O curso Trabalhador na Segurança no Trabalho NR 33 - espaço confinado Trabalhador e vigia foi realizado pelo Sindicato Rural de Rondon, nos dias 25 e 26 de janeiro. O instrutor foi Marcelo Silveira dos Santos, participaram 10 pessoas.



JUSSARA

PLANTAS INDUSTRIAIS

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, realizou, no dia 11 de janeiro, o curso Trabalhador no cultivo de plantas industriais (Cana-de-açúcar) – Fertirrigação. Participaram 13 pessoas, o instrutor foi Sérgio Takashi Noguchi.



SERTANÓPOLIS

COLHEDORA AUTOMOTRIZES

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou o curso Operação e manutenção de colhedora automotrizes-colhedora tangencial, de 5 a 9 de fevereiro. A instrutora foi Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski, participaram nove pessoas.



FLORESTÓPOLIS

TRATORES E MÁQUINAS PESADAS

O Sindicato Rural de Porecatu realizou o curso Mecânico de Tratores e Máquinas Pesadas - oficina volante, de 5 a 9 de março. O instrutor foi Marcos Antônio de Oliveira e participaram 10 pessoas.



GUARAPUAVA

JAA

Foi realizada a primeira etapa do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - cenário agrossilvipastoril - preparando para gestão pelo Sindicato Rural de Guarapuava. Começou no dia 5 de março e a previsão de encerramento é dia 9 de julho. A instrutora foi Franciele Cristina Grings e participam 17 pessoas.



ABATIÁ

APLICAÇÃO AGROTÓXICO

O Sindicato Rural de Abatiá realizou, de 13 a 15 de março, o curso Trabalhador na Aplicação Agrotóxico - Norma Regulamentadora 31.8. Participaram 15 pessoas, o instrutor foi Eder Paulo Arrabal Arias.



IRETAMA

JAA

O Sindicato Rural de Campo Mourão, em parceria com a Prefeitura Municipal de Iretama, realizou a primeira etapa do JAA - Jovem Agricultor Aprendiz - cenário agrossilvipastoril - mecanização agrícola. Participaram 12 alunos do Colégio Estadual Napoleão Batista Sobrinho, a instrutora foi Lays de Moraes Rodrigues.

VIA RÁPIDA



Amazônia

O conceito de Amazônia Legal foi criado em 1966 e inclui: Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. São 5 milhões de quilômetros quadrados que abrangem 59% do território brasileiro, distribuídos por 775 municípios. Se fosse um país, a Amazônia Legal seria o 6º. maior do mundo em extensão territorial.

Arte japonesa

Wara Festival é um tradicional evento cultural do Japão em que estudantes da Universidade de Arte Musashino, localizada em Tóquio fazem animais gigantes de palha seca. Cada obra demora até sete dias para ficar pronta para ser exposta para o público.



Felicidade

Quer ser feliz? Vá para a Finlândia, o país mais feliz do mundo, segundo a classificação no ranking do Relatório Mundial de Felicidade de 2018 (2018 World Happiness Report). É o país mais estável, seguro e com a melhor governação do mundo, estando ainda entre os países com menos corrupção e maior progressão social.



Mulher Girafa

A expressão “mulher-girafa” (long neck, em inglês) deriva de um curioso costume das mulheres de uma tribo ao norte da Tailândia de usar grandes anéis de latão ao redor do pescoço, tornando-os muito mais compridos do que o normal. A versão mais corrente sobre esse costume é de que é um sinal de grande beleza e riqueza, e assim elas conseguem um marido melhor.





Onicofagia

É o hábito das pessoas de roerem as unhas dos dedos durante períodos de nervosismo, ansiedade, estresse, fome ou tédio. 30% da população mundial têm esse hábito e em alguns casos pode se tratar de uma predisposição genética. Existem pesquisas que mostram que um terço dos que roem as unhas tem familiares com o mesmo hábito que isto é algo comum entre gêmeos.



Terráqueos

Desde Adão e Eva, o planeta Terra já teve aproximadamente 107 bilhões de pessoas. O cálculo foi feito pelo pesquisador Carl Haub, do instituto americano Population Reference Bureau, que estuda fenômenos populacionais. Ele calculou o número de nascimentos até o fim de 2004.

Vômito

O vômito é um mecanismo de proteção, desencadeado por estímulos visuais ou olfativos, relacionados ao sistema nervoso. O cérebro recebe uma mensagem estimulada pela sensação de nojo e o estômago se contrai. Os receptores sensoriais são propagados na região do tronco encefálico, conhecido como centro do vômito.



UMA SIMPLES FOTO

Declaração de amor

A esposa diz pro marido:
-Se eu soubesse que você era tão pobre não teria casado contigo!
O marido responde:
-Mas não por falta de aviso....
Eu sempre te falei que você é tudo o que eu tenho.



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

